

CONSENSO OU BOM SENSO?

***Roberto Rodrigues**

A frase adotada pelo emocionante movimento que reuniu milhares de produtores rurais em Brasília nesta semana expressa uma verdade incontestável: “a mão que planta é a mesma que preserva”. Ninguém melhor do que aquele que da terra tira seu sustento com dignidade para saber a importância da conservação dos recursos naturais, alicerce da produção: sem cuidar disso, o produtor rural perde até seu patrimônio, a própria terra.

A agricultura está refém da Medida Provisória 2166 que, desde 1996, vigora com força de lei sobre a Reserva Legal, sem nunca ter sido votada. O Brasil ganhou muito com a recente discussão do novo Código Florestal, pois o tema passou a fazer parte da vida da sociedade brasileira. A população já associa o prato de arroz de todos os dias com uma lavoura que depende do cultivo na várzea, e entende a necessidade de um marco legal regulador.

Mas em um País com tanta diversidade como o nosso, a legislação não deve ser produzida apenas pela União. Cada um dos Estados pode regulamentar o uso e a proteção de seu território de acordo com seu histórico de ocupação, características culturais, sociais e econômicas.

Da mesma forma é inadmissível que atos praticados de acordo com a legislação vigente em qualquer tempo sejam hoje objeto de questionamento e passíveis de penalização. É preciso que haja segurança jurídica para que nosso País seja respeitado em um mundo demandante de alimentos, energia e fibras.

O Brasil megadiverso fez sua lição de casa, aumentou a produtividade agrícola conservando ainda aproximadamente 69% de sua área coberta por vegetação nativa, de acordo com a Embrapa.

Projeções da FAO apontam a necessidade de aumento na produção de alimentos à ordem de 70% até 2050, cabendo ao Brasil uma parcela importante desta oferta, em virtude de nossa área disponível, água, recursos humanos e tecnologia. O pioneirismo na área de energia renovável e boas práticas agrícolas, além de uma nova consciência de respeito à natureza, dão ao Brasil uma posição de vanguarda e aptidão para surfar na onda da economia verde.

O grande desafio está em desenvolver instrumentos capazes de aliar a produção e uso dos recursos naturais à conservação do meio ambiente. Para isso, uma legislação clara é fundamental.

A conformidade com a lei é premissa básica para a obtenção de crédito, licenciamento, certificações e acesso a mercados. Além disso, a biodiversidade brasileira está entrando no negócio de pagamento por serviços ambientais prestados à humanidade.

O novo Código Florestal é, portanto, uma necessidade para o país. Só assim o setor rural poderá trabalhar com tranquilidade, dentro da legalidade.

Depois de um longo debate conduzido pelo Deputado Aldo Rebelo, relator do projeto, com dezenas de audiências públicas pelo país todo, o Presidente da Câmara dos Deputados, Marcos Maia, criou uma Câmara de

Conciliação para buscar o consenso entre os diversos atores que discutem o assunto, especialmente os parlamentares ambientalistas e os ruralistas. Obtendo o consenso em torno do relatório, ele o colocará em votação, conforme compromisso assumido quando eleito para a Presidência da Câmara. Isto é ótimo!

Mas há um prazo para a votação, porque até junho a lei precisa estar em vigor, para ninguém ficar na ilegalidade. Daí, resta uma indagação: o que pensa o Governo sobre o assunto?

A Ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, em palestra ao COSAG/FIESP nesta semana, confortou uma atenta plateia ao declarar que já há, tecnicamente entre os Ministérios da Agricultura, Meio Ambiente e Desenvolvimento Agrário, 97% dos itens consensados no projeto que dará à sociedade o novo Código Florestal brasileiro.

Sabe-se que o Governo tem expressiva maioria no Congresso, e pode aprovar logo esta nova legislação, ainda mais com a ampla disposição da sua base partidária neste sentido.

Busquemos todos este consenso.

E, se não houver consenso, está passando da hora de usar o bom senso.

*** Coordenador do Centro de Agronegócio da FGV, presidente do Conselho Superior de Agronegócio da FIESP e professor de Economia Rural da UNESP/Jaboticabal**